

DIREITOS AO TERRITÓRIO, DIREITOS À VIDA E A QUESTÃO AGRÁRIA

Fabiano de Oliveira Bringel¹

¹Professor de Geografia da Universidade do Estado do Pará. Coordena o GPTECA/UEPA – Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia e o LEPEC/UFPE – Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Campesinato. Militante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM/Via Campesina. fabianobringel@gmail.com

Artigo recebido em 10/05/2020 e aceito em 11/05/2020

RESUMO

O presente artigo é a transcrição da palestra proferida na mesa redonda de mesmo título no XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária realizado em Dourados, Mato Grosso do Sul em novembro de 2018. O autor discorre sobre quatro tipos de experiências e aprendizados territoriais constituídos a partir da sociodiversidade no campo brasileiro e amazônico: territorialização dos assentamentos rurais, luta de reconhecimento do território quilombola, povos ribeirinhos e os assentamentos agroextrativistas e a auto determinação dos territórios Ka'apor. **PALAVRAS-CHAVE:** Questão Agrária; direito territorial; questão agrária.

RESUMEN

El presente artículo es una transcripción de la conferencia dada en la mesa redonda del mismo título en la XXIV Reunión Nacional de Geografía Agraria celebrada en Dourados, Mato Grosso do Sul, en noviembre de 2018. El autor analiza cuatro tipos de experiencias y aprendizajes territoriales constituidos a partir del sociodiversidad en el campo brasileño y amazónico: territorialización de los asentamientos rurales, lucha por reconocer el territorio quilombola, pueblos ribereños y asentamientos agroextrativistas y autodeterminación de los territorios originarios Ka'apor.

PALABRAS CLAVE: Cuestión agraria; derecho territorial; problema agrario

Primeiro gostaria de agradecer o convite e a oportunidade única de debater com meus pares de geografia agrária em um tempo e espaço tão significativos para a nossa sociedade. Estamos na “ressaca” eleitoral da democracia representativa que coroou um projeto proto-fascista com requintes de maldades e perseguições aos de “baixo”, especialmente aos do campo. Em um território de povos que resistem pelo menos 518 anos bravamente ao projeto moderno-colonial. Imperialismo que nunca se fez de rogado em lançar mão de regimes de exceção quando seus privilégios são ameaçados. Tanto no que se refere a colonialidade interna ao estado nacional quanto externamente a ele.

O tema proposto para a mesa versa basicamente sobre os direitos ao território e a questão agrária. Vendo o perfil mais jurídico de meus colegas aqui no debate vou optar em fazer uma discussão entorno dos limites e potencialidades da estratégia territorial como proposta jurídico-formal para os povos do campo e seu rebatimento na questão agrária, especialmente na amazônica. A estrutura de minha fala tem como recorte temporal 2012 aos dias atuais. Escolhi esta escala de tempo porque quero dialogar com os principais eventos que se desenrolaram com as chamadas Jornadas de Junho de 2013 passando pelo golpe jurídico-

parlamentar midiático deferido em 2016 e os cenários que se avizinham para o rural com a vitória eleitoral do fascismo no Brasil.

Iniciar falando que Junho de 2013 não começou em 2013 e também não começou no espaço das cidades brasileiras, apesar de seu desenrolar ter sido nelas. Criou-se uma cultura urbanocêntrica de análise que privilegia as cidades como o grande palco de transformações sociais. O que não é verdade. Já que temos pelo menos 450 anos no Brasil de ruralidades profundas. As Jornadas de Junho de 2013 começaram em novembro de 2012 quando o Povo Munduruku se antecipa espacialmente saindo de sua bacia hidrográfica, o Tapajós, e se soma ao Povo Kaiapó, na bacia do Xingu para fazer frente a UHE de Belo Monte. Dois povos historicamente inimigos que, na ameaça em comum, resolveram fazer um grande acordo político de resistência para barrar o grande projeto energético. Infelizmente a hidrelétrica saiu no Governo Petista da Dilma, mas o conjunto das obras projetadas foram impedidas. Já que o plano da Eletronorte era estender a construção das UHE's para bacia do Tapajós com a construção de, pelo menos, quatro grandes barragens. A esse momento se somam a construção de grandes greves nos canteiros de obras dessas barragens com a destruição de suas máquinas. Um verdadeiro movimento neo-ludista no interior da Amazônia e em pleno século XXI. Movimentos paredistas com radicalidade das lutas com estratégias de ação direta foram vistos nas barragens de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. Após essa ambientação no rural amazônico, uma espécie de esquentar, se desenrolou no restante do Brasil as Jornadas Urbanas de 2013.

Como destaque e aprendizado deste momento quero apontar dois fatos. O primeiro sobre a incrível capacidade de deslocamento das territorialidades para além do substrato material físico do território com antecipação do *front* no interior da fronteira apresentando uma nova característica das sociedades no limite da lógica capitalista – seu caráter não linear e involutivo. O segundo fato é constatar que a uma grande parte da esquerda institucional, especialmente a petista, não apostou nas ruas e nas ocupações que estavam acontecendo no campo por desconfiarem e estarem receosos em desestabilizar o Governo “popular” e, por isso, naquele momento não entraram na disputa que estava sendo travada contra setores reacionários e fascistas que já naquele período mostravam para o que vieram – disputar as consciências para canalizar posteriormente em futuros pleitos eleitorais.

Falado isso gostaria agora de me remeter a idéia de território como instrumento de emancipação e autonomia dos povos no campo. Uma estratégia territorial colocada em prática desde o final do século XX no Brasil. Alguns cientistas sociais recentemente apontam para o esgotamento da estratégia territorial como alternativa a essa mesma emancipação e

autonomia. Gostaria de problematizar esta arguição a partir de alguns exemplos empíricos de luta que vem se desenvolvendo na amazônia. Basicamente, tais experiências se relacionam a clivagens territoriais que autores como Freiser, Cruz e outros estão chamando de luta pela terra e luta pelo território como gramáticas novas de luta no campo brasileiro.

Destaco aqui pelo menos quatro tipos de experiências e aprendizados territoriais constituídos a partir da sociodiversidade no campo brasileiro e amazônico. O primeiro deles é a forma assentamento rural. O segundo os territórios remanescentes de quilombos. O terceiro sobre os assentamentos agroextrativistas dos povos ribeirinhos. O quarto a luta pela autogestão nos territórios indígenas com especial atenção para os Ka'apo na fronteira do Pará como o Maranhão. Todas essas objetivações de poder no espaço se remetem ora a uma disputa pela terra como recurso econômico e distributivista. Ora como território de reconhecimento e de identidade. Do ponto de vista geográfico situam-se na fronteira amazônica em tempos-espacos diferenciados muito embora, em várias situações, possam aparecer e se localizar como territórios limítrofes.

a) A TERRITORIALIZAÇÃO A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos, como uma encruzilhada social que conforma diferentes territorialidades, são o reflexo de um assentado que apresenta trajetórias individuais e coletivas intensas, ao mesmo tempo distintas e semelhantes. Distintas porque cada indivíduo e família são um universo inteiro de relações, tanto materiais como simbólicas, apresentando diferentes saberes, origens e ocupações. Simultaneamente, apresentam certa unidade nas trajetórias porque os indivíduos e as famílias passaram por um esgotamento das capacidades reprodutivas, materiais e simbólicas, e seguiram a “corrente” da emigração em direção à Amazônia, compondo a face demográfica da fronteira.

Geralmente sua origem remonta a processos de acampamento onde a lógica autogestionária é o tom da dinâmica da organização do território. As professoras leigas tomam conta do cuidar cotidiano da educação. As curandeiras do cuidar cotidiano da saúde física e espiritual. O velho camponês auxilia, através de seu saber agrônomo, os mais novos na lida da roça. Todo processo organizativo gira em torno da perspectiva coletivista de produção do espaço. Quando o estado lança sua malha programada e institucionaliza sobre o território os processos desqualificadores se instalam, a exclusão se estabelece porque no lugar da professora leiga vem o corpo docente da secretaria municipal. No espaço da curandeira o médico alopata da secretaria municipal de saúde se estabelece acompanhado das

denominações oficiais das igrejas monoteístas. O velho camponês com seu saber é marginalizado em função dos pacotes tecnológicos da revolução verde trazidas pelos recém-formados jovens das faculdades de ciências agrárias. Um processo reclassificador perverso que se assemelha as ações desterritorializadoras.

No contexto da fronteira, essas famílias assentadas são migrantes não apenas na própria geração, mas trazem consigo na “bagagem”, como uma espécie de herança, o componente atávico desse fenômeno. Desde os avós, passando pelos pais até chegar à geração atual. Nesse sentido, as redes de parentesco e de comunicação são indicadores importantes para a compreensão das territorialidades dos assentados.

É nessa “condição de assentado” que inaugura um “novo tempo” recheado de “expectativas individuais e coletivas” que reside a minha preocupação de análise. A condição de assentado na fronteira do capital, na relação direta e indireta com seus agentes, não garante a reprodução, portanto, a territorialização, por vários motivos. Listaremos dois deles: a) de ordem demográfica e fundiária; b) outro relacionado à extração mineral e atividades econômicas no assentamento.

Os assentamentos são feitos para dar uma resposta imediata à pressão do movimento dos camponeses por terra. Os lotes distribuídos estão aquém da possibilidade de reprodução da unidade de familiar. A composição das famílias no campo é numerosa, em média cinco filhos por unidade. Os lotes agrícolas são, geralmente, de cinco hectares, no caso do Sudeste do Pará. O balanço da equação é insustentável. Os assentamentos são feitos, portanto, para dar resposta a uma geração de pessoas. Um horizonte de longo prazo a partir da preocupação com a reprodução de outras gerações da família é esquecido. O resultado é o deslocamento, mais precisamente a migração forçada, dos filhos para outras frentes de luta pela terra e a abertura de novas fronteiras para a mobilidade do capital.

Outro componente presente na questão agrária na Amazônia é a mineração. Territórios camponeses localizados nas áreas de impacto dos Grandes Projetos Mineradores e no entorno das cidades que servem como base de apoio logístico a esse tipo de extração sofrem com a degradação socioambiental. É o caso dos camponeses no entorno da Serra de Carajás. A principal cidade desta região é Parauapebas. A dinâmica intensa de crescimento, em média 50 famílias chegam por semana no município, requer quantidades significativas de areia e seixo para alimentar o crescimento da malha urbana da cidade. Os territórios camponeses são, portanto, o alvo preferencial do comércio regional de materiais de construção. Como o leito dos rios é o espaço de retirada desse material, o rio e sua biodiversidade são os principais atingidos, sem falar do processo de dependência e de especialização imposto para as

camponesas e os camponeses por esse tipo de atividade. O desafio da nova geração, portanto, pode ser entendido como o mesmo desafio da anterior: assegurar a própria sobrevivência e reprodução, garantir a permanência ou o retorno à posse da terra e do tempo, nem que para isso seja preciso novamente migrar, nem que para isso seja preciso uma vez mais cumprir o atavismo de ir-se na tentativa de voltar – à condição de camponês.

b) A LUTA PELO RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO – AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO E A AFIRMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE COLETIVA

A história do negro no Brasil é marcada por profundas desigualdades econômicas, políticas e sociais. Com a Constituição de 1988, criaram-se mecanismos que possibilitam a reivindicação no nível institucional do acesso à terra por populações que se autoidentifiquem quilombolas. Foi a partir desse período que se delimitou temporalmente a presente análise, no intuito de demonstrar como a conquista de leis e diretrizes jurídicas funcionou como Estrutura de oportunidades Políticas a esse grupo social.

Para conquistarem direitos historicamente negados, os quilombolas têm utilizado a identificação coletiva à sua mobilização, o que permite que se acionem enquadramentos institucionais e que se lute por demandas no âmbito burocrático. Entretanto, a identidade não se limita a esse aspecto, pois necessita de fortalecimento. Tal construção passa pela recuperação de tradições locais e africanas, construídas como símbolos ou eventos, que almejam valorizar a imagem do “ser quilombola” e demonstrar as injustiças comuns ao grupo social.

O processo de identificação quilombola permite compreender, assim, alguns dos mecanismos pelos quais os atores coletivos engajam-se em mobilizações. Estas, em vez de serem determinadas por condições estruturais, normalmente restringidas analiticamente a conflitos entre classes antagônicas, são possibilitadas por meio da criação, reinvenção e revalorização de práticas culturais. De forma mais ampla, pode-se afirmar que a eficácia dos movimentos sociais não resulta apenas de ações objetivas, mas do fortalecimento do envolvimento subjetivo de seus integrantes.

Em suma, a identificação quilombola possui simultaneamente um caráter estratégico, simbólico e cognitivo. As emoções são acionadas para potencializar ações racionais, deliberadas e repensadas de como fortalecer suas demandas. Como resultado, atrai-se um número crescente de jovens que passam a se orgulhar da identidade que assumem, atuando junto aos mais velhos nas ações coletivas. Com isso, aspectos culturais e políticos associam-

se, e a identidade funciona como ponto aglutinador das mobilizações dos atores sociais, que reivindicam, entre outros direitos, os títulos definitivos de seus territórios, determinado pelo Ministério Público Federal para que sejam entregues até abril de 2020 e abril de 2022, respectivamente, às comunidades que já possuem ou não seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em Salvaterra no Marajó.

Embora a luta pelo território tenha sido iniciada há mais de dez anos em algumas comunidades, nenhuma conseguiu sua titulação definitiva até o momento. Somente duas obtiveram a publicação do seu RTID e onze têm apenas a certidão de autodefinição emitida pela Fundação Cultural Palmares, documento que as permite dar início ao pleito. O processo mais avançado é o de Bacabal, que conseguiu o decreto de desapropriação para regularização de terras em 2015, mas ainda aguarda a titulação. Em linhas gerais, a morosidade é um dos principais obstáculos enfrentados pelos quilombolas de Salvaterra e, simultaneamente, um dos fatores que os motiva na busca pelo fortalecimento da sua identidade e pela manutenção da sua mobilização.

Por fim, a combinação teórica aqui utilizada pode oferecer subsídios para a compreensão das lutas de uma parcela considerável dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, que têm como vetor estrutural de suas conquistas o controle do território. Nesse sentido, destaca-se a relevância de considerar os meios pelos quais os atores se engajam nas mobilizações coletivas e fazem com que isso ocorra, como:

a) a criação de repertórios próprios e a ressignificação de antigos, agora com maior ênfase na revalorização da sua cultura; b) a edificação de quadros, capazes de direcionar a atenção dos grupos sociais à necessidade de combater problemas a eles comuns, inclusive por meio da reivindicação de uma pedagogia própria à sua realidade; c) e a formação de um espírito coletivo, não só entre os moradores das comunidades, mas mediante o fortalecimento de organizações representativas a nível supralocal, como a Malungu. A experiência dos quilombolas é capaz de realçar, ademais, tanto a influência de Estruturas de Oportunidades Políticas para o surgimento dos movimentos sociais quanto a necessidade destes se reinventarem e se manterem em constante mobilização para que possam de fato alcançar seus objetivos.

c) OS POVOS RIBEIRINHOS E OS ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS

Durante nosso percurso de pesquisa pudemos observar comunidades ribeirinhas no baixo Tocantins, na região das ilhas de Abaetetuba no Pará. Suas estratégias de reprodução social, portanto, territoriais de fricção a partir das contingências colocadas pela plutocracia. Uma delas é utilizar a dinâmica da natureza a seu favor e a mobilidade do trabalho como um recurso fundamental. Observamos também que o componente fundiário é um elemento central que precisa ser resolvido.

A superposição de territórios e de suas respectivas instituições coloca a territorialização desses ribeirinhos em risco. Já que os respectivos órgãos (INCRA/ITERPA) ficam num jogo de partilha de competências o que prejudica o acesso às políticas públicas por parte dessas comunidades. Este elemento rebate na dimensão econômica do território. As linhas de crédito e a assistência técnica às comunidades estudadas dependem dessa segurança fundiária.

Diante dos problemas enfrentados, ribeirinhos re-existem através de ações que resgatam e reafirmam sua lógica territorial. Seja através do incentivo de práticas de roçado, plantação de essências florestais e frutíferas, ou mesmo com o manejo de açaí, agora não mais como monocultivo, associando com miriti e jucati. Do ponto de vista fundiário os trabalhadores conquistaram reservas ecológicas no interior dos assentamentos, como na Ilha do Capim e no PAE Santo Antônio II, com a produção camponesa-ribeirinha. Ação bem-vinda aos olhos desses trabalhadores, mas que ainda revelam a insuficiência diante da realidade e tendência à chegada de novos empreendimentos e projetos voltados à atual dinâmica de mercado – capitalismo – que requer e ocasiona mudanças a nível sociocultural.

A dinâmica de mercado recai sobre aspectos até então implícitos num primeiro olhar: a (re) produção da vida ribeirinha e sua valorização para os indivíduos que seguirão após esses trabalhadores que vivem no contexto atual de chegada e atuação “inicial” dos agentes externos. Além de constatar o que já é observado em outras comunidades na Amazônia sobre a chegada de empreendimentos capitalistas, com espoliação da produção e mão-de-obra desses trabalhadores.

Um novo desafio territorial se instala na região. O devir dessas comunidades acaba sendo provocado por um novo vetor de produção de grãos que estabelecem as hidrovias como seu principal canal de escoamento. O que irá aumentar os fluxos de embarcações grandes, graneleiras, apresentando um novo risco à reprodução material e subjetiva dessas comunidades. Mas esse é um assunto para novos empreendimentos de investigação e de lutas dessas comunidades ribeirinhas.

d) A AUTO-DETERMINAÇÃO DOS TERRITÓRIOS KA'APOR E SUA LUTA PELA AUTOGESTÃO DOS TERRITÓRIOS

O povo ka'apor, povo guerreiro, é oriundo do grande grupo Tupi. Desde tempos imemoriais se territorializaram entre o Médio Xingu e Baixo Tocantins. As frentes de expansão do Estado brasileiro, materializadas em um colonialismo interno, em conjunto com conflitos inter-étnicos resultaram em um longo processo de migração e deslocamentos forçados deste povo do estado Pará para o Maranhão.

Atravessaram o Rio Tocantins, passaram pelo Rio Acará-Mirin, deslocaram-se pelo Rio Guamá e Rio Capim até chegarem no Rio Coaraci. Enfrentaram batalhas com não-indígenas e agentes do Estado até chegarem no seu território atual entre o Rio Turiaçu e Rio Gurupi, noroeste do Maranhão. Hoje contribuem para manter viva uma das últimas áreas de floresta primária na Amazônia Oriental. Sua população total é hoje de 1.900 indígenas distribuídos em 17 aldeias e numa série de áreas de proteção ambiental criadas em função da ação de madeireiras. Seu território é de 530.524 hectares sobrepostos em 06 municípios. Fronteiras políticas administradas e criadas pelos brancos em função de suas disputas político-econômicas que não levou em consideração as territorialidades precedentes do Povo Ka'apor.

Em 1977 inicia-se o processo de demarcação de seus territórios. Foi concluído em 1979. E só homologado em 1989. Mas, por conta do processo de grilagem de terras e de políticas sistemáticas de violência que foram submetidos os Ka'apor, grandes extensões de terra foram excluídas da demarcação beneficiando projetos agropecuários e madeireiros na região.

Desde o período de sua homologação o Estado Brasileiro levou seus agentes para dentro do território para iniciar a política do “amansar” para “integrar”. Levando ações que ameaçam sistematicamente o povo e o seu território. Desde os chamados “projetos produtivos” que procuram inserir o Povo Ka'apor nos circuitos produtivos da economia capitalista procurando um “lugar na produção” para eles transformando-os em pobres. Até “planos de manejos” de roças grandes, inserção da cultura de pastos e o estímulo a venda ilegal de madeira.

Em meados de 2007 o Povo Ka'apor começou a se visitar, se reunir, conversar sobre seus problemas em comum. E através de atividades de educação e valorização da sua cultura começaram identificar situações adversas que tem ameaçado a voz do seu povo no seu território e a necessidade de resistência através da retomada dos rituais ou valorização de sua educação. Lideranças de seu povo realizam visitas nas aldeias e paralelamente ações de vigilância no seu território. Este processo se intensificou em 2013. Em setembro do ano de

2017 na margem direita do Rio Gurupi, um grupo de indígenas Ka'apor se envolveram num grande conflito com madeireiros, fecharam o primeiro ramal destes sujeitos que contrabandeavam toras.

Desde então iniciaram uma longa jornada de vigilância no seu território. Em função disso em 2014, a Aldeia Yparenda é invadida, com agressões e tiros. Foram baleados 08 guardas florestais Ka'apor. Em fevereiro de 2015 os Ka'apor criaram 7 áreas de proteção. Em Abril deste mesmo ano Euzébio Ka'apor é assassinado. Posteriormente, em dezembro de 2015, quando os guardas florestais trabalhavam para apagar incêndios criminosamente provocados por madeireiros são surpreendidos com ataques resultando no baleamento de dois indígenas seguidas por uma nova invasão da aldeia. Em fevereiro de 2016, Iruna Ka'apor é sequestrado por madeireiros e nenhum órgão do estado conseguiu até hoje encontrá-lo.

Durante o ano de 2016, através de órgãos do Estado, investem na divisão de lideranças para facilitar a invasão do território pelos madeireiros e projetos de “desenvolvimento” da região contando com a anuência e conivência de agentes públicos. Em função desses ataques de madeireiros e fazendeiros com anuência do Estado brasileiro, o Povo Ka'apor decide radicalizar sua organização política e criaram um Conselho Gestor de seus territórios com sete lideranças indígenas fazendo valer o princípio de sua auto-determinação e estão construindo a autogestão de seu território cujo a palavra de ordem maior é a autonomia.

e) A CONCEPÇÃO PERIFÉRICA SOBRE AS FORÇAS POR TRÁS DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL – UM TERRITÓRIO INSURGENTE NO CAMPO BRASILEIRO?

É comum dentro de uma concepção vanguardista a visão de que devemos levar os preceitos, muitas vezes europeus, de transformação social para os povos do campo – sejam eles: indígenas, quilombolas ou camponeses. Uma rápida revisão de experiências na América Latina confirma tal hipótese. A experiência cubana, a construção dos zapatistas no México, as guerrilhas camponesas na Colômbia e o Sendero Luminoso no Peru são empirias que podemos destacar nesse processo.

Entretanto, o que muitas vezes se oculta nesses esforços “iluministas” de *levar os princípios da revolução* para esses grupos sociais é a existência do perigo de *levar o fermento e eles chegarem como o bolo pronto*. Utilizo este recurso da metáfora, e já peço perdão por isso, para dizer que o que era considerado *revolucionário* nas teorias críticas europeias, nas comunidades rurais já se praticava a partir do seu espaço vivido no cotidiano banal, o qual vai

desde as relações no interior da unidade familiar até relações mais amplas na labuta com a terra e nas suas relações diretas com a natureza. O que chamaríamos de inovador entre os humanos europeus não passa de práticas repetidas na Amazônia há, pelo menos, nove mil anos. Daí reside a falsa assertiva de afirmar a Amazônia como um espaço natural já que a imensa hileia amazônica nada mais é do que o resultado de milênios de manejo agroflorestal dos povos originários.

Esta advertência se justifica para esclarecer que em minha fala o objetivo não é apresentar as ferramentas libertárias para “encontrá-las” no horizonte camponês. É ao contrário. Entender como, na dinâmica desses grupos sociais, os princípios até então pregados no arsenal doutrinário da teoria revolucionária podem ser encontrados nas práticas de resistência histórica desses povos. A autonomia, a autogestão, a ação direta, as solidariedades orgânicas e as relações diretas com a natureza são elementos que fazem parte da práxis dos grupos camponeses desde tempos imemoriais.

Em nosso entendimento, o elemento que soldará as quatro realidades territoriais aqui expostas, em contextos sócio-espaciais e temporais tão diferenciados, é uma concepção de mudança social que tem por base uma estratégia a qual privilegia a lógica periférica própria do instrumental do socialismo revolucionário forjado ao longo de 150 anos de lutas sociais no campo. Tal concepção se assenta na noção de que qualquer centralidade deva ser destruída buscando as forças da periferia para eliminação do centro. Ao falarmos disso temos como referência o quadro de uma expansão capitalista para campo, portador da centralização na cidade como um espaço privilegiado de vivência e de proletarização da força de trabalho. Este aspecto da Questão Agrária vem se intensificando há pelo menos dois séculos. Junto com essa concepção periférica se forja uma estratégia territorial cuja a, espacialização se desenvolve nas fronteiras do capital, nas brechas deixadas pela lógica de acumulação espoliativa.

Tendo como base a reflexão de Rudolf Jong (2008) a concepção marxista ortodoxa de matriz leninista sempre privilegiou o centro como instrumento – seu modelo é sempre um centro: Estado, Partido ou Exército. Para eles a revolução é, antes de tudo, a tomada do centro e de sua estrutura de poder, que traz a lógica da produção de um novo centro para utilizá-lo como instrumento para a construção de uma nova sociedade. Para a leitura dos socialistas libertários o centro deve ser destruído imediatamente e qualquer tentativa de reconstruí-lo depois de um processo revolucionário deve ser combatida. A luta contra o centro é seu modelo revolucionário e, em sua estratégia, os revolucionários devem tentar evitar a criação de um novo centro. A perspectiva, então, sempre foi orientada para a periferia.

Logo, falar em periferia é ir em busca das franjas do sistema capitalista. Desenvolver luta social em suas fronteiras agrárias de expansão como práticas insurgentes sempre compôs as estratégias libertárias. Neste sentido, o campesinato, do mesmo modo que o conjunto dos povos tradicionais, se converte em sujeitos estratégicos de transformação social porque reside em tempos-espacos pré-capitalistas e portadores de uma potência anti-capitalista. Na Rússia revolucionária do *Mir* ou na Amazônia dos Assentamentos Rurais - PA's signos estruturantes da futura sociedade com justiça e igualdade sempre foram observados.

A busca constante por autonomia, o trabalho familiar e coletivo frente ao assalariamento e propriedade individual da terra, o apoio mútuo nos momentos claudicantes da vida na roça, a valorização da educação e dos processos formativos como ferramenta para emancipação, a busca constante por tecnologias apropriadas ao ambiente e a unidade familiar de produção foram algumas das características comuns observadas nos lugares em questão apresentados aqui nesta exposição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Apresentação. IN: ACSELRAD, H. **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2013, 318p.

CRUZ, V. & OLIVEIRA, D. **Geografia e Giro descolonial** – experiências, ideias e horizontes da renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2017.

FRASER, Nancy. **Igualdade, Identidade e Justiça Social**. Le Monde Diplomatique, junho de 2012, p. 34-35.

JONG, Rudolf. **A Concepção Libertária de Transformação Social**. São Paulo: Faísca/ITHA, 2008.